

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

RELATÓRIO DE ACESSO PÚBLICO - POLÍTICA DE RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

1. OBJETIVO

Estabelece as regras e responsabilidades relacionadas ao gerenciamento de Riscos Social, Ambiental e Climático do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco"), observando as regulamentações aplicáveis, em especial a Resolução CMN 4.557/17, alterada pela Resolução CMN 4.943/21 ("Res. 4.557/17").

2. PÚBLICO-ALVO

Esta política é aplicável às atividades do Itaú Unibanco e suas controladas.

3. INTRODUÇÃO

O Itaú Unibanco reconhece a crescente relevância dos Riscos Social, Ambiental e Climático ("SAC" ou "Riscos SAC") no contexto global e sua influência direta nas operações financeiras e na sustentabilidade dos negócios. A gestão adequada desses riscos é essencial para contribuir com o desenvolvimento sustentável e atender às exigências regulatórias e expectativas de stakeholders.

A abordagem adotada nesta política considera a integração dos Riscos SAC aos riscos tradicionais da organização, seguindo os princípios de relevância e proporcionalidade. Dessa forma, assegura-se que as decisões estratégicas e operacionais estejam orientadas para a mitigação de impactos negativos e para a maximização de oportunidades associadas a uma economia sustentável.

4. DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Conforme Res. 4.557/17, entende-se Riscos SAC como a possibilidade de ocasionar perdas para a instituição, inclusive de natureza reputacional. Os Riscos SAC devem ser identificados e geridos com base em critérios de relevância e proporcionalidade, assegurando que ações tomadas sejam adequadas e compatíveis com cada risco.

As dimensões consideradas são:

- **Social:** Refere-se a eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao Interesse Comum. Isso inclui questões como condições de trabalho inadequadas e impactos negativos em comunidades locais. A gestão deve priorizar a proteção dos direitos humanos e a promoção do bem-estar social.

- **Ambiental:** Envolve eventos associados à degradação do meio ambiente, biodiversidade, bem como o uso excessivo de recursos naturais. Exemplos incluem desmatamento, poluição e esgotamento de recursos hídricos. A abordagem deve focar na conservação ambiental, no uso sustentável dos recursos e na promoção de práticas ecológicas.

- **Climática:** Engloba dois aspectos principais: (i) a transição para uma economia de baixo carbono, que visa reduzir ou compensar a emissão de gases do efeito estufa e preservar os mecanismos naturais de captura desses gases, como florestas e oceanos; e (ii) a adaptação a eventos climáticos extremos e alterações ambientais de longo prazo, como tempestades severas, secas prolongadas e elevação do nível do mar, que são atribuídas às mudanças em padrões climáticos. A gestão deve incluir estratégias de mitigação e adaptação para minimizar os impactos adversos das mudanças climáticas.

5. PRINCÍPIOS

Os Riscos SAC se materializam nos Riscos Tradicionais, exigindo que cada disciplina de risco desenvolva ações específicas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os potenciais

efeitos adversos decorrentes de suas interações com os Riscos SAC. O gerenciamento desses riscos deve seguir as diretrizes estabelecidas nesta política, bem como:

- i. Os preceitos e diretrizes previstos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (“PR SAC”), em linha com a Resolução CMN 4.945/21, que estabelece normas para a incorporação de critérios de sustentabilidade nas operações financeiras;
- ii. As disposições da Política de Gerenciamento de Riscos (Global) e da Política de Apetite de Riscos, que fornecem uma estrutura abrangente e consistente para toda a organização;
- iii. Os princípios de relevância e proporcionalidade, assegurando que as ações sejam adequadas à magnitude e à importância de cada risco identificado;
- iv. As determinações previstas em Procedimentos (“PR”) correlatos, que detalham os processos e práticas a serem seguidos;
- v. Os compromissos públicos assumidos pelo Itaú Unibanco, que refletem o compromisso da instituição com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa;
- vi. As normas relacionadas ao tema, bem como melhores práticas e tendências de mercado, garantindo que o banco esteja alinhado com os padrões mais avançados e eficazes de gestão de riscos.

6. DIRETRIZES DE GESTÃO DOS RISCOS SAC

Para identificação dos Riscos SAC a serem priorizados na gestão de riscos do Itaú Unibanco, adotamos três perspectivas interdependentes:

- **Financeira:** Esta perspectiva considera eventos que têm o potencial de se materializar em perdas monetárias para o Itaú Unibanco. Isso inclui impactos diretos, como provisões/perdas de crédito, multas e penalidades, bem como impactos indiretos, como a perda de oportunidades de negócios devido a questões relacionadas a riscos sociais, ambientais e climáticos.
- **Reputacional:** Quando um evento tem potencial para gerar percepção negativa da reputação do Itaú Unibanco por parte dos seus públicos de interesse, conforme definição de risco reputacional descrita no Dicionário Corporativo de Riscos (Global).
- **Legal:** Envolve riscos relacionados à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, sanções decorrentes do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades do banco.

Para a classificação dos Riscos SAC, são utilizados elementos de probabilidade e severidade. Isso significa avaliar a probabilidade de ocorrência de um evento de risco e a gravidade de seus impactos potenciais. Essa classificação permite priorizar ações de mitigação e alocar recursos de forma eficiente.

Além disso, o Itaú Unibanco realiza o monitoramento de concentrações de exposições a setores econômicos e regiões geográficas mais suscetíveis de sofrer ou causar danos SAC, podendo estabelecer limites específicos para essas exposições, de acordo com a sua Política de Apetite de Risco e a Política de Gerenciamento de Riscos (Global).

Tanto a classificação quanto o monitoramento são processos contínuos e o Itaú Unibanco mantém registro de dados relevantes para seu gerenciamento, incluindo, quando disponíveis, as perdas por evento SAC.

Os dados e informações resultantes desses processos são utilizados na elaboração dos relatórios gerenciais previstos na Resolução CMN nº 4.557/17, bem como na condução do programa de testes de estresse climático, incluindo análises de cenários que considerem hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição, viabilizando ao Itaú Unibanco fazer eventuais revisões em suas estratégias, conforme necessário, para responder a mudanças no ambiente externo e interno.

Critérios RSAC para Clientes, Operações sujeitas ao Risco de Crédito e Fornecedores

O gerenciamento de Riscos SAC do Itaú Unibanco prevê metodologias e processos que consideram critérios SAC e de governança na avaliação de clientes, operações sujeitas ao risco de crédito e fornecedores. Essas metodologias podem contemplar:

- (i) Na dimensão social, a devida diligência sobre as condições de trabalho, respeito a direitos humanos e impactos em comunidades tradicionais;
- (ii) Na dimensão ambiental, a avaliação de risco de desastres, contaminação e degradação de biomas e recursos naturais;
- (iii) na dimensão climática, a avaliação de riscos físicos (por exemplo, eventos climáticos extremos) e de riscos de transição associados a mudanças regulatórias, tecnológicas ou de mercado;
- (iv) na dimensão de governança, a avaliação da transparência, da qualidade dos órgãos de administração e da capacidade de gestão de riscos SAC da contraparte.

O Itaú Unibanco considera critérios específicos para qualificação e avaliação periódica das contrapartes conforme seu perfil de riscos SAC, considerando, entre outros fatores, os setores e regiões geográficas de atuação, o cumprimento de legislação e estrutura de governança adequada para mitigar eventuais perdas de crédito decorrentes de eventos SAC. Tais critérios são utilizados numa visão cliente, operação e suficiência de garantias, conforme sua relevância.

Critérios RSAC para Operações Próprias

A gestão de Riscos SAC decorrentes diretamente das operações do Itaú Unibanco compreende a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de eventos que possam emergir da atuação operacional do banco. Esses riscos incluem potenciais impactos sociais, ambientais ou climáticos originados de atividades internas, processos operacionais, prestadores de serviço contratados ou estruturas sob responsabilidade direta da instituição. Nessa perspectiva, cada área deve assegurar que seus processos operacionais sejam conduzidos de forma a prevenir danos, reduzir exposições e garantir conformidade com normas internas e externas aplicáveis.

Além da identificação de riscos, as áreas operacionais devem implementar controles, registrar incidentes e atuar na mitigação de forma tempestiva. A gestão de Riscos SAC nas operações também deve considerar o uso eficiente de recursos, o cumprimento de requisitos socioambientais aplicáveis, a adoção de práticas de baixo carbono e o alinhamento às diretrizes corporativas de sustentabilidade, garantindo que a instituição minimize impactos negativos e fortaleça sua atuação responsável.

Capacitação

Para garantir a efetividade da gestão de Riscos SAC, colaboradores envolvidos no gerenciamento desses riscos em cada uma das disciplinas de Riscos Tradicionais devem participar regularmente de programas de capacitação e treinamento sobre o tema, oferecidos pela organização. Esses programas asseguram atualização contínua sobre melhores práticas, novas regulamentações e tendências relacionadas ao tema.

Engajamento das Partes Interessadas

O Itaú Unibanco adota uma abordagem integrada e colaborativa ao tratar dos Riscos SAC, envolvendo todas as partes interessadas, incluindo clientes, investidores, fornecedores, reguladores e a sociedade em geral, para garantir que as soluções sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo. A transparência e a comunicação clara sobre os riscos e as medidas adotadas são fundamentais para construir e fortalecer a confiança e engajamento com todas as partes envolvidas.

Como parte do gerenciamento de Riscos SAC de clientes, além da avaliação para a aprovação ou renovação do relacionamento de crédito e concessão de financiamentos, a Instituição também engaja seus clientes na adoção de práticas mais sustentáveis, como a transição para uma economia limpa e sustentável, e a melhoria

do controle de suas cadeias de suprimentos e práticas trabalhistas. Isso não apenas reduz os riscos associados, mas também contribui para um impacto positivo mais amplo na sociedade e no meio ambiente.

O Itaú Unibanco conta com mecanismos formais de monitoramento da percepção de clientes, do mercado financeiro e da sociedade em geral quanto à sua atuação, incluindo temas SAC, como a análise de reclamações, pesquisas de satisfação, posicionamentos públicos, mídia e redes sociais.

As informações decorrentes desse monitoramento são utilizadas para identificar tempestivamente percepções negativas que possam impactar de maneira relevante a instituição, alimentando os relatórios gerenciais de risco, a revisão das estratégias de engajamento com stakeholders e, quando aplicável, os processos de revisão dos níveis de apetite de risco e das políticas de gerenciamento de riscos.

7. GOVERNANÇA

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco adota a estratégia das três linhas de defesa e segue as diretrizes estabelecidas na Res. 4.557/17. Essa abordagem visa garantir o desenvolvimento adequado e sustentável das atividades do banco, promovendo uma gestão de riscos integrada, independente e robusta.

A governança do gerenciamento de riscos é estruturada para assegurar que todas as questões relacionadas a riscos sejam amplamente discutidas e analisadas. Isso é fundamental para a tomada de decisões informadas e para a implementação de estratégias de mitigação eficazes.

Desta forma, a estrutura do gerenciamento de Riscos SAC inclui governança composta por diferentes órgãos colegiados, desde o nível Conselho de Administração (CA) e Executivo até o nível Diretoria, dispostos no item "Principais Papéis e Atribuições". Esses órgãos possuem mandatos definidos e são responsáveis por deliberações e recomendações específicas, garantindo controle e a mitigação de riscos. O objetivo é manter a exposição aos Riscos SAC em níveis aceitáveis e seguros para a instituição, alinhados ao Apetite de Risco definido pelo CA.

8. PRINCIPAIS PAPÉIS E ATRIBUIÇÕES

A estrutura de gerenciamento de Riscos SAC no Itaú é composta por áreas e colegiados que atuam de forma integrada para garantir a identificação, avaliação e mitigação dos riscos, observando diretrizes normativas e corporativas. As responsabilidades abaixo refletem os direcionadores estratégicos:

Área de Riscos (AR)

- Fornecer diretrizes e definir governanças para identificação, avaliação, mensuração, controle, e monitoramento dos Riscos SAC por meio de políticas e procedimentos corporativos.
- Acompanhar a integração dos Riscos SAC aos Riscos Tradicionais e sua eventual materialização.
- Calcular, acompanhar e reportar periodicamente o consumo das métricas de Apetite de Risco socioambiental e climático, conforme limites definidos, ao Comitê Executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e de Capital (CGRC) e ao Conselho de Administração (CA)
- Apoiar as Unidades de Negócio na implementação de controles e na evolução das práticas de gestão de riscos SAC.

Chief Risk Officer (CRO) - Diretor responsável pela Área de Riscos

- Atuar na integração dos Riscos SAC e gestão global de riscos da instituição, respondendo pela Política de Riscos Social, Ambiental e Climático e por atuar na interação com reguladores.

Unidades de Negócio (Brasil e Unidades Internacionais)

- Incorporar a gestão de Riscos SAC nos processos de negócio, garantindo que atendam às diretrizes definidas.
- Identificar, mensurar, avaliar e gerenciar os Riscos SAC, documentando e armazenando informações referentes às perdas incorridas.
- Comunicar prontamente à Área de Riscos sempre que identificarem riscos potenciais não previstos nos controles existentes.
- Manter manuais de procedimentos com descrições detalhadas das responsabilidades e atribuições dos processos e controles sob sua gestão.
- Engajar contrapartes na melhoria de suas práticas, visando a transição para uma economia limpa e sustentável.
- As Unidades Internacionais devem manter estrutura de governança própria, em conformidade com a legislação local, assegurando alinhamento às diretrizes corporativas estabelecidas pela matriz.

Colegiados:

Conselho de Administração (CA)

Responsabilidades previstas na Política de Gerenciamento de Riscos (Global) e na Política de Governança Corporativa (Global).

Comitê de Auditoria – CAud

Responsabilidades previstas na Política de Governança Corporativa (Global).

Comitê de Gestão de Risco e de Capital (CGRC)

Responsabilidades previstas na Política de Governança Corporativa (Global) e no Regimento Interno do Comitê, disponível [no site de RI](#). Em temas de gestão dos Riscos SAC, as atividades do Comitê de Gestão de Risco e de Capital (CGRC) resultantes da aplicação desta Política serão coordenadas com as do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Responsabilidades previstas em procedimento específico.

Comissão Superior ESG

Responsabilidades previstas em procedimento específico.

Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático Superior (CRSAC Superior)

Responsabilidades previstas em procedimento específico.

Comitê de Risco Social, Ambiental e Climático (CRSAC)

Responsabilidades previstas em procedimento específico.

9. NORMAS EXTERNAS RELACIONADAS

- Resolução CMN 4.557/17 – Estrutura de gerenciamento de riscos e de capital e política de divulgação de informações.
- Resolução CMN 4.945/21 – Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e ações com vistas à sua efetividade.
- Resolução BCB nº 139, de 15/09/21 - divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC)
- Resolução BCB nº 151, de 06/10/2021 - remessa de informações relativas a Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (DRSAC)
- Normativo SARB 014/2014 e atualizações - Autorregulação Bancária (FEBRABAN) – Normativo sobre a Responsabilidade e Gestão de Riscos Social, Ambiental e Climático.
- Normativo SARB 026/2023 - Autorregulação Bancária (FEBRABAN) – gestão do risco de desmatamento ilegal na cadeia de carne bovina.
- Circular SUSEP Nº 666, de 27 de junho de 2022 - Requisitos de sustentabilidade, a serem observados pelas sociedades seguradoras e sociedades de capitalização.
- Resolução CVM Nº 193, de 20 de outubro de 2023 - elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB.

10. GLOSSÁRIO

CGRC: Comitê de Gestão de Riscos e Capital

Interesse Comum: aquele associado ao grupo de pessoas ligadas jurídica ou factualmente pela mesma causa ou circunstância, quando não relacionada à definição de risco ambiental, de risco climático de transição ou de risco climático físico.

PRSAC: Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

PR: Procedimentos Internos do Itaú Unibanco

PS/PC: Políticas Internas do Itaú Unibanco

Riscos SAC: Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Tradicionais: são as disciplinas de risco listadas nos incisos I a V do art. 6º da Resolução CMN 4.557/17.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

RELATÓRIO DE ACESSO PÚBLICO – POLÍTICA DE GESTÃO E CONTROLE DE RISCO DE MERCADO E IRRBB

OBJETIVO

Estabelecer a estrutura de gestão e controle de risco de mercado e IRRBB do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco), observando as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas de mercado.

PÚBLICO ALVO

Esta política é aplicável a todos os colaboradores e atividades do Conglomerado que resultam em exposição ao risco de mercado e IRRBB, com impacto para o Itaú Unibanco Holding e suas controladas. O controle do risco de mercado e IRRBB abrange todas as posições das carteiras das empresas financeiras e não financeiras pertencentes ao Itaú Unibanco, no Brasil e nas Unidades Internacionais. Esta política não se aplica ao risco de mercado dos portfólios de clientes geridos pelo banco e/ou administração fiduciária (por exemplo: fundos da Wealth Management & Services - WMS).

INTRODUÇÃO

Para fins dessa política, definem-se, no contexto prudencial, risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) por:

- I. Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo:
 - a. o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
 - b. o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
- II. IRRBB: como o risco, atual ou no horizonte de análise, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Os riscos supracitados dependem do comportamento do preço dos fatores de risco diante das condições de mercado. Além da Tesouraria, que opera comprando e vendendo títulos e valores mobiliários, outras áreas podem impactar o risco de mercado assumido pelo banco. São exemplos a área de compras, quando faz uma compra em moeda estrangeira ou mesmo a área de marketing quando se compromete a patrocinar em moeda estrangeira uma entidade ou evento.

Os controles do risco de mercado e IRRBB são realizados conforme métricas definidas em procedimento interno.

DIRETRIZES

Os processos de controle de risco de mercado e IRRBB devem observar rigorosamente os princípios definidos na Política. Estes princípios refletem-se nas seguintes diretrizes, pelas quais a estrutura de gestão e controle de risco de mercado do Itaú Unibanco deve:

- Assegurar a utilização de bases de dados íntegras, que reflitam os negócios realizados a partir de produtos devidamente aprovados, com garantia de informações e cálculos corretos, desde o registro até sua contabilização;
- Aplicar modelos que reflitam as melhores práticas de mercado;
- Garantir que o apreamento das carteiras seja preferencialmente baseado em cotações observadas nos mercados financeiros, capturadas através de fontes externas íntegras. Quando não houver preço disponível, o cálculo deve ser realizado com o uso de modelo de apreamento que represente a justa valorização das posições. Nesses casos, tais avaliações devem ser consistentes e passíveis de verificação, com referenciais de mercado e dados utilizados na avaliação revistos regularmente;
- Calcular os resultados das posições das carteiras marcadas a mercado seguindo a governança de modelos do Banco;
- Possuir áreas de controle de risco responsáveis pela definição e aplicação de parâmetros de apreamento, independentes das áreas de negócio;
- Estabelecer e assegurar que os processos e sistemas adotados para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado e IRRBB:
- Sejam compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado e IRRBB da Instituição;
- Contenham todas as fontes de risco de mercado e IRRBB; e
- Gerem relatórios tempestivos de exposição de riscos para as unidades de negócios, para a diretoria da Instituição e para o Conselho de Administração.

PRINCIPAIS PAPÉIS E ATRIBUIÇÕES

A estrutura de controle de Risco de Mercado e IRRBB no Itaú Unibanco envolve as partes indicadas a seguir, para as quais destacamos seus papéis em relação a esse assunto.

Conselho de Administração:

- definir o apetite de risco da instituição e revisá-lo anualmente.

Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez:

- definir as alçadas relacionadas com o controle de risco de mercado e IRRBB e revisá-las anualmente. - acompanhar os indicadores de risco de mercado e IRRBB, tomando as decisões necessárias e respeitando o apetite de risco.

Chief Risk Officer:

- responsável pela gestão de risco de mercado e IRRBB do Itaú Unibanco.

Controle de Risco de Mercado e IRRBB:

- identificar, mensurar, controlar, monitorar e reportar a exposição ao risco de mercado e IRRBB às áreas de negócios e reportar às comissões superiores;

- monitorar o enquadramento das exposições em relação aos limites aprovados, disparar alertas e demais medidas de controle de risco de mercado e IRRBB, informando os eventuais desenquadramentos às alçadas competentes e solicitando plano de ação para reenquadramento;

- manter equipes especializadas e adequadamente dimensionadas para apoiar os processos e sistemas de risco de mercado e IRRBB, que estão sob sua governança e gestão de desenvolvimento.

Controle de Resultado Gerencial Diário:

- realizar o cálculo do resultado gerencial das posições e divulgar para áreas competentes, possibilitando o acompanhamento e o auxílio na tomada de decisões.

Tesouraria:

No nível mais fundamental, é esperado do colaborador entender completamente a natureza do risco nas carteiras sob gestão e o efetivo gerenciamento deste risco, garantindo sua transparência para gestores das mesas e enquadramento nos limites estabelecidos.

CONTROLE DE RISCO DE MERCADO E IRRBB

O controle de Risco de Mercado e IRRBB no Itaú Unibanco é realizado por meio de governanças e processos que garantam o atendimento das seguintes determinações ou parâmetros:

- A Instituição deve operar de acordo com o **apetite de risco** definido em Conselho de Administração (CA), revisado e aprovado anualmente a partir de uma de **estrutura de limites e alertas**. Os limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da Instituição;
- O consumo dos limites deve ser reportado pela área de Risco de Mercado para as Áreas de Negócios e para os executivos do banco. Os alertas funcionam como indicadores do limite pré-estabelecido;
- A **estrutura de limites e alertas** da instituição é composta por métricas agregadas, as quais monitoram e limitam o risco de maneira global, e granulares, que visam evitar uma concentração excessiva de risco em fatores de risco específicos;
- Os limites são valores que as mesas de operações da carteira de negociação e mesas da carteira bancária devem respeitar. Já os alertas são métricas que emitem um sinal para a instituição, a partir dos quais, por meio de uma governança definida, são estabelecidos procedimentos a serem adotados caso o alerta seja acionado;
- O processo de **marcação a mercado** (apreçamento) das posições deve ser realizado com base em cotações capturadas de fontes externas ou, caso não seja possível, calculado a partir de modelos desenvolvidos e validados conforme diretrizes estabelecidas em políticas específicas;
- As informações relativas aos preços e posições negociadas são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa, com controles que assegurem a sua integridade e completude, com funcionalidades que permitam a consulta de informações históricas;
- Os modelos utilizados devem capturar a correta sensibilidade, as oscilações de mercado, com base na aplicação de **testes de aderência** periódicos para a carteira total e as subcarteiras, incluindo todas as categorias de risco. Seus resultados devem ser analisados e utilizados para melhorar os modelos e gerir o risco da Instituição. Adicionalmente, o resultado gerencial deve ser utilizado para verificação da aderência dos modelos de mensuração de risco de mercado;
- A mensuração do risco potencial em situações extremas de mercado, que complementem as medidas de risco estatísticas, com a aplicação de **testes de estresse** para totalidade das posições constantes das carteiras das empresas financeiras e não financeiras;
- Para posições em carteira que não tenham preços observados diretamente no mercado, que sejam pouco líquidas ou que sejam avaliadas por modelo de apreçamento interno, particularmente TVMs (títulos de valores mobiliários) e derivativos, aplicar **ajustes prudenciais**, que corrijam possíveis erro de marcação, respeitando critério de relevância e materialidade.

NORMAS EXTERNAS RELACIONADAS

Circular 3.354/07 do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações na carteira de negociação.

Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implantação de estrutura de gerenciamento de riscos.

Aprovado pelo Conselho de Administração em 25.04.2024.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

RELATÓRIO DE ACESSO PÚBLICO - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DO RISCO DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE) E OPERACIONAL

1. OBJETIVO

Estabelecer os princípios que orientam o gerenciamento integrado do risco de conformidade (compliance) e operacional, nos termos da regulamentação aplicável e de acordo com as boas práticas de mercado, assegurando eficiência e eficácia das operações, confiabilidade das informações e conformidade com leis, regulamentos e normas internas.

2. PÚBLICO-ALVO

Aplica-se ao Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas no Brasil e no exterior (Itaú), bem como a todos os seus administradores, colaboradores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Nas empresas investidas, a supervisão é assegurada por mecanismos de governança previstos nos respectivos acordos de acionistas, conforme política específica. As Fundações e Institutos dispõem de estruturas próprias para o gerenciamento de riscos e as atividades prestadas por terceiros relevantes estão sujeitas à Política de Compras e Pagamentos de Fornecedores.

3. DEFINIÇÕES

- **Risco de conformidade (compliance):** risco de sanções, perdas financeiras ou danos reputacionais decorrentes do não cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional, compromissos com reguladores, compromissos públicos, códigos de autorregulação e códigos de conduta aderidos pelo Itaú.
- **Risco operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos, a sanções por descumprimento de dispositivos legais e a indenizações a terceiros. A taxonomia adotada para classificação de eventos de risco operacional observa as sete categorias do Comitê de Basileia: (i) fraudes internas; (ii) fraudes externas; (iii) demandas trabalhistas e segurança deficiente no ambiente de trabalho; (iv) práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; (v) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; (vi) interrupção das atividades; e (vii) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação.
- **Apetite de risco:** define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização, considerando a capacidade de gerenciá-los de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.
- **Ambiente de controle:** conjunto de normas, processos e estruturas que constituem a base para a execução dos controles internos na instituição.
- **Risco inerente:** risco na ausência de quaisquer ações que a administração possa tomar para alterar sua probabilidade ou seu impacto do risco.
- **Risco residual:** risco remanescente após a aplicação dos controles e ações mitigadoras, refletindo a exposição efetiva da instituição.

4. PRINCÍPIOS

O gerenciamento integrado do risco de conformidade e operacional observa os princípios a seguir:

- **Integração:** os riscos de conformidade e operacional são geridos de forma integrada e contínua, sob coordenação da Diretoria de Compliance & OpRisk (DCOR), em alinhamento com os demais riscos da instituição.

- **Independência:** a função é exercida com independência hierárquica e funcional, com reporte direto ao Chief Risk Officer (CRO), com comunicação direta com administradores, Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, e com acesso a quaisquer informações necessárias ao desempenho de suas atividades, sendo expressamente vedada a definição de metas ou incentivos que possam comprometer sua independência ou gerar potenciais conflitos de interesses.
- **Abordagem baseada em risco:** a priorização das ações considera impacto, probabilidade e apetite a riscos definido pela organização. A abordagem deve ser revisada continuamente considerando mudanças internas e externas.
- **Aderência normativa:** as atividades, produtos e serviços, próprios ou terceirizados relevantes, observam as normas externas e internas, os compromissos firmados com reguladores e o Código de Ética e Conduta do Itaú, sendo periodicamente testados e avaliados quanto à sua conformidade, considerando uma abordagem baseada em riscos. Complementarmente, são observadas diretrizes específicas: a Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PRSAC); a Lei Geral de Proteção a Dados Pessoais (LGPD) e a Política Corporativa de Segurança da Informação e Cyber Security, no tratamento de dados biométricos e demais dados sensíveis; e a Política Corporativa de Prevenção a Atos Ilícitos, na prevenção a fraudes e na prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), em alinhamento às exigências regulatórias aplicáveis.
- **Centralidade no cliente, integridade e ética:** padrões de centralidade no cliente, integridade e ética são disseminados como elementos da cultura institucional, com responsabilidade individual e coletiva sobre a gestão dos riscos.
- **Transparência e tempestividade:** os reportes às instâncias de governança e aos reguladores são claros, objetivos e tempestivos, suportados, sempre que possível, por análise e exploração de dados em visão granular.
- **Resiliência, visão de causa raiz e melhoria contínua:** o gerenciamento integrado do risco de conformidade e operacional é mantido diante de eventos disruptivos, de forma a preservar a continuidade dos processos e da governança. É periodicamente revisado para incorporar aprendizados, evolução regulatória e mudanças no ambiente interno e externo. Quando identificado risco relevante em determinado processo, busca-se a varredura em processos similares, visando assegurar a mitigação consistente da respectiva causa raiz e melhoria contínua.
- **Modelo de três linhas:** a gestão dos riscos é distribuída no modelo de três linhas divulgado pelo Institute of Internal Auditors (IIA), com papéis e responsabilidades claros, segregados e sem conflitos de interesse. A primeira linha é representada pelas Áreas de Negócio, Suporte e Comunidades, a segunda pela Área de Riscos e a terceira pela Auditoria Interna.

5. CICLO DE GESTÃO

O gerenciamento integrado do risco de conformidade e operacional observa um ciclo contínuo, conforme descrito a seguir:

- **Identificação:** reconhecimento de eventos internos e externos, incluindo alterações no ambiente regulatório, que possam impactar adversamente os objetivos estratégicos do Itaú.
- **Avaliação e Mensuração:** definição do risco residual, considerando o impacto inerente, a qualidade e efetividade do ambiente de controle e mudanças relevantes nos ambientes interno e externo. Essa etapa é feita por meio de autoavaliação pela primeira linha e o resultado é desafiado com base em dados pela segunda linha. A mensuração contempla cenários de cauda e a quantificação do risco operacional para fins de capital regulatório e gerencial, conforme políticas de Gestão de Capital e de Risco de Modelos.
- **Resposta:** decisões conscientes e estruturadas de aceitar (assunção), evitar, transferir ou mitigar o risco visando o enquadramento do risco residual aos limites estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (RAS). A resposta ao risco contempla controles físicos, lógicos e organizacionais, incluindo segregação de funções, alçadas e procedimentos, bem como, planos de continuidade de negócios e recuperação, conduzidos no Programa de Resiliência Organizacional do Itaú.

- **Monitoramento:** acompanhamento da efetividade dos controles e da aderência normativa, com endereçamento tempestivo de falhas e correção de causa raiz, contemplando, a avaliação das perdas operacionais e dos demais indicadores do ambiente de controle e regulatório, assegurado por trilha de auditoria dos sistemas e por testes de segurança de tecnologia.
- **Reporte:** escalonamento de eventos, deficiências e descumprimentos, observando critérios formais de materialidade, criticidade e prazos máximos de comunicação, assegurando reporte tempestivo às alçadas competentes, ao Comitê de Auditoria, Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC), Conselho de Administração e, se aplicável, aos reguladores.

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.1. Conselho de Administração

Aprova esta Política e o posicionamento da DCOR na estrutura organizacional, de forma a preservar sua independência e evitar potenciais conflitos de interesse; provê os meios necessários ao adequado exercício das funções de gerenciamento integrado do risco de conformidade e operacional, incluindo disponibilidade de recursos para alocação de pessoal em quantidade suficiente e com treinamento e experiência necessária; assegura a adequada gestão, a efetividade e a comunicação da Política ao público-alvo, bem como a disseminação de padrões de integridade e conduta ética como parte da cultura da instituição e a adoção de medidas corretivas, quando falhas forem identificadas.

6.2. Comitê de Auditoria

Valida esta Política previamente ao envio ao Conselho de Administração; avalia, no mínimo anualmente, a estrutura, a efetividade e a aderência regulatória da função integrada de gestão do risco de conformidade e operacional, incluindo a definição clara de papéis e responsabilidades, independência e a adequação dos recursos às atividades desempenhadas; verifica a realização de comunicação desta Política ao público-alvo, disseminação de padrões de integridade e conduta ética como parte da cultura da instituição, e a adoção de medidas corretivas, quando falhas forem identificadas.

6.3. Primeira Linha: Áreas de Negócio, Suporte e Comunidades

Representada pelas Áreas de Negócio, Suporte e Comunidades, é responsável primária pelo gerenciamento integrado do risco de conformidade e operacional, conforme o ciclo de gestão: **identificação**, por meio do mapeamento de processos, riscos e controles associados às suas atividades; **avaliação e mensuração**, com base na metodologia de Compliance & OpRisk; **resposta ao risco**, que inclui a mitigação, por meio da definição e implantação de planos de ação para apontamentos de não conformidade, ou a assunção aprovada na alçada competente, sempre em alinhamento ao apetite a riscos do Itaú, bem como a capacitação de seus colaboradores como ação mitigadora estruturante e transversal a todo o ciclo de gerenciamento de risco; **monitoramento** e **reporte** tempestivos às alçadas competentes sobre alterações ou descumprimentos identificados, bem como o relacionamento com órgãos reguladores, conforme política específica, com o objetivo de manter o ambiente de controle efetivo, consistente com a natureza, o porte, a complexidade e o perfil de risco das operações.

6.4. Segunda Linha: Área de Riscos

Representada pelas diretorias da Área de Riscos, sem gestão de negócios ou incentivos que comprometam sua independência e com atividades integralmente segregadas da Área de Auditoria Interna.

A DCOR tem a missão de **viabilizar** a gestão de riscos operacionais e regulatórios, apoiando de forma independente a primeira linha e suportando decisões que **maximizam valor sustentável** para o banco, garantindo **conformidade** e centralidade no **cliente**.

Suas atribuições incluem:

- definir diretrizes para o gerenciamento integrado do risco de conformidade e operacional, incluindo a governança de exceções.
- emitir opinião independente sobre a qualidade do ambiente de controle, utilizando a metodologia de Compliance & OpRisk e desafiando a atuação da primeira linha.
- reportar sistematicamente e tempestivamente ao Comitê de Auditoria, Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC), Conselho de Administração e, se aplicável, aos reguladores, eventuais não

conformidades identificadas ou alterações significativas no gerenciamento integrado do risco de conformidade e operacional.

- coordenar o relacionamento com principais órgãos reguladores e de fiscalização, como Bacen, CVM e SUSEP.
- gerir o Programa de Integridade e Ética, garantindo a disseminação dos padrões por meio de treinamentos e comunicações, bem como a avaliação de sua efetividade e o aprimoramento contínuo, em conformidade com o Código de Ética e Conduta.
- desenhar as diretrizes de produtos e serviços da DCOR, bem como garantir a aderência regulatória de tais produtos.
- coordenar a governança de políticas e procedimentos do Itaú no que tange à periodicidade de revisão e às alçadas de aprovação.
- encaminhar relatório anual relativo ao gerenciamento do risco de conformidade e operacional ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital e ao Conselho de Administração, contendo, no mínimo: (i) resumo das atividades desenvolvidas no período pela função de conformidade e pelo gerenciamento do risco operacional, incluindo testes, monitoramentos, controles e demais ações; (ii) deficiências de conformidade e de risco operacional identificadas, com sua respectiva materialidade e classificação de risco; (iii) recomendações emitidas pela DCOR para tratamento das deficiências; e (iv) medidas adotadas pelos administradores e pelas demais áreas para corrigir as deficiências apontadas, incluindo o status dos planos de ação correlatos. Os documentos e demais informações que evidenciam o gerenciamento integrado serão mantidos à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de cinco anos.
- distribuir a metodologia de Compliance & OpRisk para as Unidades Internacionais.

6.5. Chief Risk Officer (CRO)

Aprova a missão, os objetivos estratégicos e o escopo de atuação da DCOR, dando ciência ao CEO. Nas Unidades Internacionais, os CROs Locais e Regionais respondem pela aplicação local desta Política, sob coordenação do CRO, conforme procedimento específico de papéis e responsabilidades.

6.6. Terceira Linha: Auditoria Interna

As responsabilidades estão detalhadas na Política de Auditoria Interna (Global), com destaque para a avaliação independente e recorrente da adequação e eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos da organização e da qualidade na execução das responsabilidades atribuídas para atingir as metas estabelecidas pela organização.

A coordenação entre a DCOR e a Auditoria Interna é exercida de forma estruturada, por meio da frente de Combined Assurance, observada a independência de cada função e a vedação a conflitos de interesse.

Aprovado pelo Conselho de Administração em junho de 2026.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

RELATÓRIO DE ACESSO PÚBLICO – POLÍTICA CORPORATIVA DE GESTÃO E CONTROLE DE RISCO DE LIQUIDEZ

Esta política apresenta a estrutura de gestão e controle do risco de liquidez do Itaú Unibanco Holding S.A., observando as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas de mercado. Se aplica a todas as atividades do conglomerado que resultam em exposição ao risco de liquidez, incluindo todas as empresas financeiras controladas pelo Itaú Unibanco no Brasil e no exterior, exceto o risco de liquidez dos portfólios de clientes geridos ou administrados pelo banco (fundos da Wealth Management & Services - WMS).

1. Conceito

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficiente e tempestivamente suas obrigações financeiras. Este risco pode ocorrer quando houver descasamento entre fluxos de caixa (ativos e passivos) que afete suas operações ou produza perdas significativas.

O apetite de risco de liquidez e toda a estrutura de limites é estabelecido pelo Conselho de Administração e pelas Comissões Superiores. Com base nesses parâmetros, o controle é realizado por uma área independente e visa comparar os ativos (geralmente os mais líquidos) com as obrigações financeiras (geralmente de prazos mais curtos), garantindo que a disponibilidade de caixa do Itaú Unibanco seja suficiente para honrar suas obrigações.

2. Diretrizes Específicas:

Mensuração: a mensuração da exposição ao risco de liquidez baseia-se na análise diária da evolução dos fluxos de caixa e atendimento aos índices regulatórios.

Deve abranger todas as operações financeiras das empresas do Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes (situações de exposição sem data prevista para ocorrer) ou inesperadas (mudanças nas entradas ou saídas de caixa). Essas situações são comumente originadas por serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, linhas de crédito contratadas e não utilizadas, realização de eventos adversos que impactam as provisões técnicas etc.

Outro aspecto fundamental é a capacidade do Itaú Unibanco em ter ativos líquidos e disponibilidades. A aferição dos ativos líquidos é composta por disponibilidades no país, no exterior e todos os ativos conversíveis imediatamente (D0) em meios de pagamento.

Principais Controles e Métricas:

- **Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCR - Liquidity Coverage Ratio):** mensura se o volume de ativos líquidos de alta qualidade do conglomerado prudencial são suficientes para suportar uma crise de liquidez severa, por um prazo de 30 dias, conforme premissas definidas pelo Banco Central do Brasil;
- **Índice de Liquidez de Longo Prazo (NSFR - Net Stable Funding Ratio):** mensura se o conglomerado prudencial possui recursos estáveis disponíveis superiores ao exigido pelas saídas de caixa num cenário de estresse de um ano;
- **Concentração de Provedores de Funding:** demonstra que o conglomerado prudencial possui exposição diversificada a contrapartes provedoras de liquidez;
- **Planos de Contingência, Recuperação e Saída Organizada (PRSO):** têm o objetivo de restabelecer aos níveis adequados de liquidez e preservar a viabilidade do banco, em resposta às situações de estresse. Os planos devem conter a lista de ações, com os respectivos volumes, prazos e responsáveis; **Saiba:** As ações dos planos devem contemplar uma gradação por nível de criticidade e a ordem das ações deve ser determinada pela facilidade de implantação e a situação do mercado;
- **Fluxo de caixa projetado (Cenário de Continuidade dos Negócios):** demonstra as expectativas de fluxos de caixa, considerando a continuidade dos negócios em condição de normalidade;
- **Monitoramento das Mídias Sociais:** acompanhamento de eventos em mídias sociais, monitorados pela equipe de marketing (documento específico). Caso haja indícios de qualquer impacto na liquidez do banco será feito o monitoramento diário dos mapas e indicadores de liquidez, podendo ser executado eventuais planos de ação aprovados no Comitê de Crises (documento específico)

- **Cenário de Liquidação das Carteiras Moeda Estrangeira (run-off):** demonstra os fluxos de caixa esperados, considerando a liquidação das carteiras atuais e a descontinuidade dos negócios;
- **Cenário de Liquidação das Carteiras SUSEP e *Own Risk and Solvency Assessment (ORSA)*, em cumprimento à Resolução (CNPS) nº471/24:** demonstram os fluxos de caixa em cenários **normais e** adversos para empresas reguladas pela Susep.

Desenquadramentos dos limites definidos: devem ser reportados pelo controle de risco de liquidez à alta administração, às áreas relevantes para reenquadramento imediato da exposição e aos comitês pertinentes.

3. Responsabilidades

O processo de Risco de Liquidez no Itaú Unibanco inicia-se na governança de aprovação dos limites e vai até a execução das entradas e saídas de caixa.

Governança de Aprovação dos Limites: o Conselho de Administração define anualmente o apetite de risco de liquidez e os planos de contingência e recuperação. Os demais fóruns de aprovação, conforme o nível de granularidade da métrica, vão desde a CSRML (Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez), até aprovações feitas pelos Diretores das Áreas de Risco e Tesouraria.

Gestão, Controle e Execução do Risco de Liquidez: envolve a dinâmica de atuação de algumas áreas do Itaú Unibanco: a Tesouraria ALM / GCP, que efetua a estratégia e o planejamento do caixa; o Risco de Liquidez, que efetua o controle, monitoramento e a previsibilidade da liquidez; os Pilotos de Reserva, que apuraram o saldo da reserva e acompanham os lançamentos a débito e/ou a crédito do banco e; a Tecnologia da Informação, que apoia nos processos e sistemas de risco de liquidez. No caso das supervisionadas da SUSEP, há também o envolvimento da GIS (Global Institutional Solutions), que é responsável pela gestão de liquidez das carteiras proprietárias e das carteiras de reservas técnicas.

4. Revisão e Atualização:

Esta política é de responsabilidade da DCRML (Diretoria de Capital, Risco de Mercado e Liquidez) e é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

Aprovado pelo Conselho de Administração em maio de 2026.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

RELATÓRIO DE ACESSO PÚBLICO – POLÍTICA DE GESTÃO E CONTROLE DE RISCO DE CRÉDITO

1. OBJETIVO

Estabelecer a Governança e o controle de Risco de Crédito do Itaú Unibanco Holding S.A., observando as regulamentações aplicáveis e melhores práticas de mercado.

2. PÚBLICO-ALVO

Instituições financeiras controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco), no Brasil e no exterior, que incorram em risco de crédito, abrangendo todos os segmentos (pessoas física e jurídica).

3. INTRODUÇÃO

A Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito do Itaú Unibanco é o documento que estabelece as diretrizes, governança e procedimentos necessários para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito. Esses riscos abrangem potenciais perdas financeiras decorrentes de inadimplência, deterioração na classificação de risco de contrapartes, desvalorização de contratos, custos de recuperação, impactos reputacionais e outros fatores relacionados ao crédito.

A gestão do risco de crédito é essencial para garantir solidez financeira, sustentabilidade dos negócios e conformidade regulatória do Itaú Unibanco. Essa política reflete o compromisso da instituição com as melhores práticas de gestão do risco de crédito e com o cumprimento das regulamentações aplicáveis. Além disso, assegura que as exposições ao risco de crédito estejam alinhadas ao apetite de risco definido pela administração, contribuindo para a estabilidade operacional, sistêmica e gerencial.

De acordo com o dicionário de riscos corporativo da instituição (PR-485), entende-se como Risco de Crédito, o risco de perdas decorrentes:

- Do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados;
- Da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte;
- Da redução de ganhos ou remunerações;
- Das vantagens concedidas em renegociações posteriores;
- Dos custos de recuperação do crédito;
- De imagem e reputação com operação de crédito em discordância com aspectos sociais, ambientais e climáticos.

Os processos de controle de risco de crédito devem apoiar a instituição, observando rigorosamente os princípios definidos em políticas internas.

O controle centralizado do risco de crédito é realizado, de forma independente, pela Área de Riscos (AR), segregada das Unidades de Negócio e da área executora da atividade de auditoria interna.

Nas Unidades Internacionais¹ a estrutura independente que controla os riscos local está sob responsabilidade dos *Chief Risk Officer* (CROs) locais, que reportam aos respectivos CEOs Locais e aos

CROs Regionais, atuando de forma coordenada e alinhada à Diretoria de Risco de Crédito e Modelagem Atacado (DRCMA) e Varejo (DRCMV). Os CROs Regionais são responsáveis pela gestão integrada e preventiva dos riscos da região, assegurando sua efetividade e reportando seu status ao CRO do Itaú Unibanco Holding. Os papéis e responsabilidades dos CROs da Holding, Regionais e Locais estão definidos em procedimento interno.

Essa estrutura possibilita o gerenciamento do risco de crédito e deve considerar tanto as operações classificadas na carteira de negociação quanto as classificadas na carteira de não negociação.

4. DIRETRIZES

As estruturas de gerenciamento de Risco de Crédito devem ser proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, ser compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos do Itaú Unibanco. Para tanto, devem manter equipes especializadas e adequadamente dimensionadas para apoiar os processos e sistemas de risco de crédito que estão sob sua governança.

A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito deve prever:

- Políticas e estratégias claramente documentadas para o gerenciamento de riscos, que estabeleçam limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com o Apetite de Risco. Também devem levar em consideração a identificação prévia dos riscos de crédito inerentes a:
 - Novos produtos e serviços;
 - Modificações relevantes em produtos ou serviços existentes;
 - Mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da instituição.
- Estratégias de proteção (hedge) e iniciativas de assunção de riscos;
- Reorganizações societárias significativas;
- Aspectos relativos ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático;
- Alterações nas perspectivas macroeconômicas;
- Processos de monitoramento, a fim de identificar pontos em não conformidade com as políticas de gerenciamento de riscos de crédito, contendo as respectivas justificativas e ações esperadas para a resolução das divergências;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de riscos de crédito, incluindo suas atualizações;
- Relatórios gerenciais periódicos para a diretoria, comitês bem como para outros fóruns em que o tema Risco de Crédito esteja em pauta;
- Modelos ou métodos alternativos para melhor mensuração de risco de crédito;
- Critérios e procedimentos para identificação, monitoramento e controle de exposição caracterizada como ativo problemático;
- Classificação, estimação, documentação, monitoramento e controle dos parâmetros de PD (Probabilidade de Default), LGD (*Loss Given Default*), EAD (*Exposure at Default*) e CCF (*Credit Conversion Factor*).

As diretrizes mencionadas devem ser aplicadas aos riscos de crédito, de contraparte e de país, bem como a situações como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de

¹ Unidades Internacionais neste documento inclui também Escritório de Representação.

crédito ou outras operações de natureza semelhante, além de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações relacionadas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos. Todas as mudanças de critérios, parâmetros ou procedimentos utilizados para classificação de risco devem ser documentadas e disponibilizadas para revisão regulatória.

5. PRINCIPAIS PAPÉIS E ATRIBUIÇÕES

Controle de Risco de Crédito

- Definir o ambiente de controle e monitoramento centralizado de risco de crédito;
- Realizar revisões periódicas das políticas, estratégias e procedimentos relacionados, com o objetivo de estabelecer limites operacionais, mecanismos de mitigação e práticas que mantenham a exposição ao risco de crédito dentro dos níveis aceitáveis pela administração.
- Submeter as revisões às alçadas competentes para aprovação, assegurando alinhamento com as diretrizes institucionais.
- Divulgar as decisões de crédito, políticas corporativas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito são amplamente divulgadas às Unidades de Negócio e aos *Chief Risk Officers* (CROs) das Unidades Internacionais, em conformidade com as exigências da Resolução CMN nº 4.557/17.

Modelagem de Risco de Crédito

- Contribuir na execução das atividades de Controle de Risco de Crédito, seguindo as atribuições previstas na Política de Risco de Modelos.

Finanças

- Definir regras para realização de simulações e cálculos em linha com as normas e regulações aplicáveis, além de publicar as demonstrações contábeis e outros relatórios que auxiliem e complementem o Controle e Gestão do Risco de Crédito.

Colegiados Área de Riscos

- Responsáveis pela tomada de decisão conforme especificidade de cada fórum, prezando pela mitigação de riscos, a fim de manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela administração.

Enquanto o Conselho de Administração define o Apetite de Risco de Crédito, as Comissões Superiores são responsáveis pela governança, monitoramento e gestão das métricas sob sua responsabilidade.

Unidades de Negócio (Brasil e Unidades Internacionais)

- Garantir visibilidade do risco de crédito incorrido em suas operações e que ele esteja enquadrado dentro das regras e limites estabelecidos.
- Adicionalmente, as áreas de negócio deverão manter manuais de procedimentos com descrições detalhadas das responsabilidades e atribuições dos processos e controles sob sua responsabilidade.

Auditoria Interna

- Desempenhar o papel de avaliação independente da eficácia dos controles internos, da gestão de riscos e da conformidade com as políticas e regulamentações aplicáveis. atuação

A atuação deve ser pautada pela imparcialidade e pela objetividade, garantindo uma visão abrangente e confiável sobre os processos e práticas adotadas na Instituição. Além disso, o Conselho de Administração exerce a responsabilidade de supervisionar a eficácia dos controles internos, utilizando os relatórios e recomendações da Auditoria Interna como base para decisões estratégicas e para o fortalecimento da governança corporativa.

6. GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO

Processo de Gestão

O Processo de gestão de risco de crédito do Itaú Unibanco Holding conta com uma governança para formação e alteração de conglomerados e subgrupos econômicos, a qual tem como público-alvo todos os segmentos comerciais que concedam ou gerenciem crédito, o que inclui as unidades internacionais.

A gestão do risco de crédito é estruturada para garantir eficiência em todas as etapas do ciclo de crédito, iniciando com a análise detalhada da contraparte, utilizando sistemas de classificação que avaliam sua capacidade de pagamento e perfil de risco. Esses sistemas são baseados em modelos quantitativos e qualitativos, que consideram fatores como histórico financeiro, condições econômicas, setor de atuação e outros indicadores relevantes.

A concessão de crédito é realizada de maneira criteriosa, respeitando os limites estabelecidos para cada contraparte e os parâmetros de apetite ao risco definidos pela Instituição. O processo inclui, mas não se limita, à validação de garantias, análise de cenários e aplicação de políticas internas que asseguram a consistência e a transparência na tomada de decisão. Após a aprovação, o crédito é monitorado continuamente, com revisões periódicas da classificação de risco e da performance da contraparte, permitindo ajustes em caso de mudanças nas condições de mercado ou no perfil do cliente.

Mitigantes

Como parte integrante do sistema de classificação e concessão de crédito, o banco adota o tratamento de garantias mitigadoras de risco, com o objetivo de fortalecer a gestão de risco de crédito e atender às regulamentações aplicáveis. As garantias são classificadas em elegíveis e não elegíveis, conforme os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.809 do Banco Central do Brasil. Garantias elegíveis são aquelas que possuem valor de mercado transparente, exequibilidade comprovada e que atendem aos requisitos regulatórios para mitigação de risco. Já as garantias não elegíveis, embora possam ser consideradas no processo de análise de crédito, não são reconhecidas para fins de redução de capital regulatório.

Além disso, o banco estabelece condições específicas para a aceitação de derivativos como mitigadores de risco, conforme disposto no artigo 15 da Circular nº 3.809, quando aplicável. O uso de *haircuts* regulatórios e contratos de *netting* reconhecido é incorporado ao processo, garantindo que os valores das garantias sejam ajustados de forma prudente e alinhados às exigências regulatórias.

Para assegurar a eficácia e a segurança jurídica das garantias e dos acordos de mitigação, o banco realiza procedimentos de validação jurídica e operacional, que incluem a análise da documentação, a verificação da conformidade com as normas aplicáveis e a avaliação da capacidade de execução em caso de inadimplência.

Modelos de Mensuração

O Itaú Unibanco adota a validação e o *backtesting* dos modelos utilizados na mensuração do risco de crédito, incluindo os modelos de PD, LGD e EAD. Os modelos são submetidos a revisões periódicas pela área de validação, conforme estabelecido em procedimento interno. As responsabilidades pela validação e pelo *backtesting* são claramente definidas, garantindo a independência das análises e a aderência às melhores práticas de governança. Além disso, são realizados testes de estresse para avaliar a resiliência dos modelos em cenários adversos, permitindo identificar potenciais fragilidades e assegurar que os modelos reflitam adequadamente os riscos associados às exposições de crédito.

6.1. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

É o risco de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange os instrumentos financeiros derivativos, empréstimos de ativos, câmbio futuro, operações compromissadas e contratos bilaterais de energia.

A mensuração do risco de crédito de contraparte envolve sua conversão em exposição de risco de crédito equivalente. Os modelos de Risco de Crédito Potencial (RCP) são utilizados para mensurar a exposição de crédito equivalente nas operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte para determinados produtos e negócios.

6.2. RISCO PAÍS

O Itaú Unibanco mantém relacionamento com tomadores, emissores, contrapartes e garantidores em diversas localidades no mundo, independentemente de possuir uma unidade externa nessas localidades. Desta forma o Risco País é um risco presente na instituição.

Tal risco é definido, no Itaú Unibanco, como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações financeiras, dentro dos termos pactuados, por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, emissor, contraparte ou garantidor, ou de eventos político-econômicos e sociais relacionados a esse país; sendo subdividido em:

- Risco soberano, definido como o risco de incapacidade dos governos centrais (Tesouro e Banco Central) de gerarem recursos para honrar seus compromissos;
- Risco de transferência, definido como o risco decorrente da impossibilidade total ou parcial de se transferir ativos mantidos em uma jurisdição no exterior para a jurisdição do país de um veículo legal do Itaú Unibanco, devido à ocorrência de entraves na conversão cambial em consequência de eventos macroeconômicos ou de ações realizadas pelo governo central da jurisdição onde está o recurso; ficando o tomador, emissor, contraparte ou garantidor incapacitado de honrar o pagamento de seus compromissos em moeda estrangeira.

Não fazem parte do fluxo de gerenciamento de Risco País vigente a gestão dos seguintes riscos: (i) Risco de Crédito das Unidades Externas; (ii) Risco de Conversibilidade; (iii) Investimento do Itaú-Unibanco no exterior (PL); (iv) Risco país indireto.

O Itaú Unibanco estabelece ratings para os soberanos, bem como limites e prazos máximos para as operações, visando controlar a exposição ao Risco País. Tais limites e ratings são revisados periodicamente, podendo ocorrer revisões extraordinárias à luz de algum novo fato relevante.

6.3. RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO (“RSAC” ou “RISCOS SAC”)

Eventos de Riscos SAC, na contraparte podem resultar em perdas de crédito. Devido a isso, o Itaú Unibanco definiu um conjunto de diretrizes para o gerenciamento dos Riscos SAC para relacionamento de crédito e operações com risco de crédito com Clientes do Itaú Unibanco sediados no Brasil.

6.4. RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O risco de concentração é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente da concentração excessiva de operações de crédito em clientes, setores, regiões geográficas ou instrumentos mitigadores, de forma direta ou correlacionada.

Para assegurar a baixa volatilidade de resultados o Banco realizada a gestão do risco de

concentração sobre diferentes óticas garantindo que a instituição não esteja exposta de maneira significativa a uma única fonte de risco. Neste contexto, o Risco de Concentração é monitorado por meio de indicadores que fazem parte do Apetite do Risco da instituição, incluindo as visões: individual, top10, por país, por setor da economia e por segmento de atuação da instituição. O acompanhamento destes indicadores é realizado mensalmente pela Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração, que são também responsáveis pela calibragem e aprovação das métricas e seus respectivos limites.

Os limites são definidos conforme variáveis específicas para cada avaliação. Para a concentração individual e top 10 conglomerados avalia-se o risco de crédito inerente a esses conglomerados, respeitando os limites máximos definidos pela Resolução 4.677 do CMN. No caso da concentração por país, a diversificação do risco é orientada pelo risco de crédito de cada país e pela estratégia do banco. Já para a concentração por segmento, os limites são definidos considerando a estratégia da instituição e a volatilidade dos resultados dos negócios em cada segmento. Por sua vez, os limites de concentração setorial são determinados com base no perfil de risco da carteira de crédito do setor, sua rentabilidade e sua relevância na economia. Os limites definidos para cada métrica, bem como maiores detalhes sobre as metodologias de cálculo, estão contidos no Manual de Apetite de Riscos.

7. MONITORAMENTO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O monitoramento da carteira de crédito tem como objetivo avaliar a saúde financeira das operações de crédito, garantindo que as estratégias adotadas estejam alinhadas ao apetite de risco definido pelo conglomerado. As diretrizes e procedimentos relacionados ao monitoramento das carteiras de crédito estão descritas em procedimentos internos.

Adicionalmente, fazem parte do processo de monitoramento, o controle do risco das atividades desempenhadas pelas instituições do conglomerado como credenciadoras dentro dos arranjos abertos de cartão de crédito. Neste processo, também está previsto o controle do risco dos emissores de cartão de crédito, os riscos inerentes aos Merchants e Facilitadores.

Os desvios identificados em relação aos patamares máximos e mínimos estabelecidos pela Política Global são tratados de forma específica para o Varejo. O monitoramento centralizado realizado no Brasil é reportado periodicamente no Comitê de Políticas de Risco de Crédito Varejo (CPRC) Indicadores consolidados de safra e carteira do segmento varejo são reportados mensalmente na Comissão Superior de Crédito e Cobrança Varejo (CSCCV) e para o segmento atacado trimestralmente (podendo ser alterada conforme demanda) na Comissão Superior de Crédito e Cobrança do Atacado (CSCCA).

Com relação aos indicadores das Unidades Internacionais, o monitoramento é reportado no Comitê de Riscos das Unidades Internacionais (CRUI-R) (HN e Conesul) e CIR – Comitê Integrado de Riscos (Itaú Chile), com participação dos CROs da Holding, Regionais e Locais.

8. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE CRÉDITO

Estabelece as responsabilidades e regras gerais relativas ao processo de avaliação e aprovação de alterações nas políticas de crédito e em regras de negócios que impactam a exposição ao risco de crédito.

Para carteiras proprietárias, as políticas tratam da concessão e manutenção do crédito, assim como da aquisição, no mercado, de instrumentos com risco de crédito. Para carteiras de terceiros, as políticas tratam das regras para a tomada de decisão discricionária em ativos com risco de crédito.

Alteração de política de crédito e qualquer ação que gere impacto no risco assumido ou que possa gerar impacto em consumo de limite de crédito e em Capital Econômico Alocado. As políticas de crédito podem ser classificadas em três tipos:

- i. **Políticas de concessão e manutenção de crédito:** (i) alterações e trocas em modelos de crédito, segmentação, renda/faturamento etc.; (ii) alterações de alçadas de aprovação de crédito

(composição e valores); (iii) impacto em risco devido a ressegmentações internas anuais; alteração de ponto de corte; novas segmentações internas que alterem as decisões de crédito.

- ii. **Políticas de mensuração de risco:** (i) mitigação por garantias; definição ou alteração dos critérios de aplicação dos modelos de risco de crédito potencial (RCP); (ii) definição ou alteração de parâmetros para cálculo de capital e consumo de limite.

Política Global de Crédito: patamares máximos ou mínimos para um conjunto de indicadores e variáveis que refletem o risco de crédito no banco que devem ser considerados em todas as políticas do varejo e do atacado.

As definições específicas de políticas de crédito e estratégias de cobrança para cada segmento, o processo e alçadas de aprovação de crédito, os monitoramentos e responsabilidades de cada diretoria.

8.1 - ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PARÂMETROS DE RISCO PARA PROVISÃO E CAPITAL

Os parâmetros são atribuídos pelas Unidades Desenvolvedoras de Parâmetros (UDPs) através de premissas e cálculos que têm por objetivo garantir a solvência do Banco frente às mudanças esperadas e/ou inesperadas de cenários passados, correntes e futuros.

As definições e conceitos de cada parâmetro devem ser alinhados entre a UDP e a Unidade Usuária de Parâmetro (UUP).

9. NORMAS EXTERNAS RELACIONADAS

- Resolução CMN nº4.557/2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.
- Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN nº 4.945/2021, que dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade.
- Resolução CMN Nº 5.089 que altera a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações, e a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, que dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), os requisitos para opção por essa metodologia e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.
- Resolução CMN 4949/21 definição do público vulnerável
- Normativo SARB no.23 (Relacionamento com Consumidores Potencialmente Vulneráveis)
- Resolução Bacen nº 303, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para apuração do risco de crédito e para a constituição de provisões para perdas associadas a operações de crédito.

Aprovado pelo Conselho de Administração em Setembro de 2025

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

RELATÓRIO DE ACESSO PÚBLICO – POLÍTICA DE GESTÃO DE CAPITAL

OBJETIVO

Estabelecer as regras e responsabilidades relacionadas a atividade de gestão de capital do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco), observando as regulamentações aplicáveis e melhores práticas de mercado.

PÚBLICO-ALVO

O processo de gestão de capital deve abranger todas as empresas do conglomerado controladas pelo Itaú Unibanco no Brasil e no exterior.

INTRODUÇÃO

Para que qualquer empresa possa operar, é necessário que ela tenha capital, que é o investimento efetuado por acionistas. Além disso, os recursos que a empresa gera e que não são distribuídos, sendo mantidos em seu patrimônio, também são chamados de capital.

Para as instituições financeiras, o Banco Central do Brasil exige um capital mínimo (capital requerido), que é o capital necessário para fazer face aos riscos aos quais a instituição está exposta, garantindo sua solvência.

A gestão de capital é instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema financeiro. Os métodos de identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento dos riscos apoiam as instituições financeiras em momentos adversos. O Itaú Unibanco considera fundamental o gerenciamento de capital para o processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização e eficiência na utilização do Capital em suas operações. Nessa gestão, são consideradas as empresas do Itaú Unibanco no Brasil e no exterior.

As mudanças no ambiente financeiro mundial, tais como a integração entre os mercados, o surgimento de novas transações e produtos, o aumento da sofisticação tecnológica e as novas regulamentações tornaram as atividades financeiras e seus riscos cada vez mais complexos.

Adicionalmente, as lições originadas de crises financeiras reforçam a importância da gestão de riscos (Relatório de Acesso Público - Risco) e da gestão de capital para fortalecimento da saúde financeira da indústria bancária.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS - *Basel Committee on Banking Supervision*) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Alinhado a essa perspectiva, o Itaú Unibanco investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de capital, em conformidade com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão. A gestão do capital do Itaú Unibanco consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes do Conglomerado e suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador, ou aqueles definidos internamente pela Instituição, com objetivo de otimizar a alocação de capital.

As áreas definidas na estrutura de gestão de capital, juntamente com o suporte de algumas áreas específicas de cada tema, respondem em conjunto ou individualmente pela:

- a. Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- b. Avaliação do capital necessário para suportar os riscos;
- c. Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- d. Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- e. Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP);
- f. *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), para as seguradoras do grupo;
- g. Projeção dos índices de capital;
- h. Apuração do patrimônio de referência (PR) e cálculo dos índices de capital;
- i. Elaboração do plano de capital e do plano de contingência;
- j. Elaboração do plano de recuperação;

- k. Monitoramento do plano de regularização de solvência e liquidez das empresas SUSEP;
- l. Testes de estresse do capital;
- m. Apuração do Índice de Importância Sistêmica Global (ISG);
- n. Elaboração do relatório trimestral de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3;
- o. Monitoramento do custo de capital da Holding e das unidades externas;
- p. Acompanhamento do capital das unidades externas.

A estrutura de gestão de capital do Itaú Unibanco permite o monitoramento e o controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que a Instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição e/ ou considerando situações adversas. Com isso, o Itaú Unibanco adota postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Devido a sensibilidade e especificidade foi criada a Política de Proteção do Índice de Capital, a qual também é revisada periodicamente.

Conceitos

Capital requerido: é o capital necessário para fazer face aos riscos aos quais a instituição está exposta, garantindo sua solvência e abrangendo inclusive as unidades internacionais. Os requerimentos são normatizados pelo BACEN para o Brasil e pelos órgãos reguladores locais nas unidades internacionais.

Tais requerimentos são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível ao total de ativos ponderados pelo risco (*RWA – Risk Weighted Assets*).

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

. **Capital Principal:** soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais;

. **Capital Complementar:** composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I;

. **Nível II:** composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o PR (Capital Total).

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional (conforme a Res. CMN nº 4.958):

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CIRB} + RWA_{MPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD} + RWA_{DRC} + RWA_{CVA}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB – *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil;

RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

RWA_{DRC} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação; e

RWA_{CVA} = parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabelecem Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPConservação, ACPCContracíclico e ACPSistêmico que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital:

. **ACPConservação:** representa um “colchão” extra de capital para absorver possíveis perdas

. **ACPCContracíclico:** é um colchão adicional de capital a ser acumulado durante a fase de expansão do ciclo de crédito e a ser consumido durante sua fase de contração

. **ACPSistêmico:** para as instituições com importância sistêmica é exigido um adicional de capital para fazer face ao risco sistêmico.

Os valores de cada uma das parcelas e os mínimos regulatórios, conforme definido na Resolução CMN nº4.958, estão descritos na tabela a seguir:

<u>Capital Principal</u>	<u>4,5%</u>
<u>Nível I</u>	<u>6,0%</u>
Capital Total	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	3,56%
<u>de conservação</u>	<u>2,50%</u>
<u>contracíclico ⁽¹⁾</u>	<u>0,06%</u>
<u>sistêmico</u>	<u>1,00%</u>
Capital Principal + ACP	8,06%
Capital Total + ACP	11,56%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	100%

⁽¹⁾ o ACPCContracíclico é fixado pelo Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) com base nas discussões acerca do ritmo de expansão do crédito, e atualmente está definido em zero. Na hipótese de elevação do requerimento, o novo percentual vigorará a partir de doze meses após a divulgação.

O acionamento do ACPCContracíclico de jurisdições onde a instituição possua exposições em seu balanço, o cálculo do adicional deve seguir a Circular BCB nº 3.769, elevando o mínimo regulatório exigido do conglomerado.

Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP)

Exercício anual requerido pelo BACEN cujo objetivo é avaliar a adequação de capital do Itaú Unibanco, provendo assim uma visão geral e abrangente do gerenciamento de riscos e de capital da instituição e demonstrando os resultados relativos à autoavaliação de adequação do seu nível de capital em função do seu perfil de risco. Compõem o ICAAP o Plano de Capital e o Plano de Contingência, descritos abaixo:

Plano de Capital

O plano de capital é uma seção do ICAAP que tem como objetivo discorrer sobre como se dá o planejamento de capital do banco para a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital, incorporando em sua elaboração os limites estabelecidos pelo apetite de risco e as análises dos ambientes econômico e regulamentar. Adicionalmente, é estruturado de forma consistente com o planejamento estratégico do Itaú Unibanco.

Esse plano apresenta as projeções financeiras e de capital no curto e no médio prazo (no mínimo três anos seguintes ao ano da data base), tanto em cenários de normalidade quanto em estresse, juntamente com as suas principais fontes de capital, a política de distribuição de resultados e o plano de contingência.

Plano de Contingência de Capital

O Itaú Unibanco possui um plano de contingência de capital para casos em que ao menos um dos índices de capital se revele inferior àqueles definidos pelo Conselho de Administração (CA), ou para casos de ocorrência de fatos não previstos que possam afetar a adequação de capital da instituição.

O plano contempla um conjunto de ações de contingência e seus responsáveis, que permite ao Itaú Unibanco aumentar seus níveis de capitalização e deve conter, no mínimo, a definição dos limites de capital que disparam o seu acionamento e da governança correspondente, visando manter o nível adequado de capitalização do Itaú Unibanco em uma situação adversa.

Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO)

O Itaú Unibanco possui um Plano de Recuperação e Saída Organizada que tem como objetivo reestabelecer níveis adequados de capital e liquidez acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática, a fim de preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

O PRSO contempla todo o conglomerado e é revisado bianualmente ou por determinação do BACEN, e é submetido à aprovação do Conselho de Administração. Possui como base normativa a Resolução CMN nº 5.187, e contém as funções críticas e serviços essenciais prestados pelo Itaú Unibanco que podem impactar o Sistema Financeiro Nacional e a própria viabilidade da instituição. Adicionalmente, discorre sobre cenários de estresse, planos de comunicação com partes interessadas, mecanismos de governança necessários à coordenação e execução do plano e autoavaliação da capacidade de recuperação e resolubilidade.

Teste de Estresse

O teste de estresse, parte integrante do Plano de Capital da Instituição, é um processo de simulação dos efeitos de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição. Os cenários de estresse devem ser aprovados pelo Conselho de Administração e os seus resultados devem ser considerados na definição da estratégia de negócios e de capital do Itaú Unibanco.

O teste de estresse, para o Itaú Unibanco, pode ser dividido em interno e regulatório. O primeiro busca mensurar a vulnerabilidade e solidez do conglomerado em cenários hipotéticos, porém plausíveis, de crise econômica baseados em simulações e projeções macroeconômicas desenvolvidos pela própria instituição. O teste de estresse regulatório possui o mesmo objetivo, porém utiliza um cenário desenvolvido pelo Banco Central. Em ambos os processos, as principais análises são sobre o resultado do Banco (DRE), sua distribuição entre as carteiras e atividades do conglomerado e sobre o nível de capital e liquidez da instituição.

Adicionalmente, para complementar os resultados obtidos de acordo com os processos descritos acima, são realizadas, anualmente, análises de sensibilidade e testes de estresse reverso.

A estrutura de gerenciamento de capital deve prever avaliações dos impactos no capital a partir da definição de cenários severos escolhidos pela instituição e incluí-las nos resultados do programa de teste de estresse.

Plano de Regularização de Solvência e Liquidez – SUSEP

Este plano dispõe sobre o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras e resseguradoras, onde mensalmente é realizado monitoramento do indicador da medida de suficiência de capital. A partir da constatação de sua insuficiência, define-se, juntamente com as áreas de gestão de ativos do grupo segurador, medidas de regularização dos índices de solvência e liquidez das empresas sujeitas às diretrizes da SUSEP.

Índice de Importância Sistêmica Global (ISG)

Metodologia definida pelo *Bank for International Settlements* (BIS), e ratificada pelo *Financial Stability Board*, este índice mede a importância de cada instituição financeira no mercado global, cuja falência poderia causar uma ameaça internacional ao sistema financeiro, e é composto de cinco indicadores principais:

- Porte: que reflete a participação relativa da instituição na atividade global;- Atividade no exterior: participação relativa da instituição em atividades internacionais;- Interconexão: participação relativa da instituição no mercado interbancário e com o mercado global de capitais;- Substituição: participação relativa da instituição na oferta global de serviços financeiros;- Complexidade: participação relativa da instituição em instrumentos complexos ou de baixa liquidez.

A informação referente à apuração do ISG é divulgada anualmente no site de Relações com Investidores, conforme Resolução nº 171 do BACEN.

Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

É um relatório que contém informações referentes à indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos, comparação entre informações contábeis e prudenciais, composição do capital, indicadores macro prudenciais, razão de alavancagem, indicadores de liquidez, risco de crédito, risco de crédito de contraparte, exposições de securitização, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária e remuneração de administradores, divulgado trimestralmente no site de Relações com Investidores da Instituição (Pilar3), conforme Resolução BCB nº54.

DIRETRIZES

A gestão de capital deve apoiar a instituição segundo os princípios definidos na política de Gerenciamento de Riscos e os definidos nesta política. Esses princípios refletem-se nas seguintes diretrizes, segundo as quais a estrutura de gestão de capital do Itaú Unibanco deve:

- Assegurar que as políticas e estratégias para o gerenciamento de capital sejam claramente documentadas e estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o Patrimônio de Referência (PR), o Nível I e o Capital Principal compatíveis com os riscos incorridos pela instituição.
- Manter procedimentos para o gerenciamento de capital.
- Ser compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a risco.
- Garantir o encaminhamento das políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital, para aprovação e revisão, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado.
- Gerar relatórios para a diretoria da instituição, o Comitê de Gerenciamento de Riscos e Capital (CGRC) e o Conselho de Administração (CA), que apontem a adequação dos níveis do PR, Nível I e Capital Principal aos riscos incorridos ou eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de capital, bem como ações para corrigi-las.
- Garantir que o Plano de Regularização de Solvência e Liquidez exigido pela SUSEP seja atendido em uma eventual situação de insolvência ou não-liquidez por parte de uma ou mais empresas do ramo segurador, assegurando que as áreas envolvidas na gestão de ativos dessas empresas sejam acionadas para a definição de proposta de ação corretiva, bem como submetê-la à avaliação de impactos.
- Definir a governança e responsabilidades do processo de gerenciamento de capital, e divulgar decisões e políticas relacionadas a esse processo para as áreas impactadas, bem como monitorar o capital regulatório do Itaú Unibanco e das unidades internacionais.
- As unidades de negócio e unidades internacionais devem garantir que as decisões e políticas aprovadas sejam devidamente implantadas.
- Garantir que as informações divulgadas no relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3 possuam detalhamento adequado ao escopo, à complexidade das operações, à sofisticação dos sistemas, aos processos de gestão de riscos da instituição e assegurar que eventuais diferenças relevantes em relação a outras informações divulgadas pela instituição sejam esclarecidas;
- Assegurar que as informações publicadas estejam aderentes às regras vigentes estabelecidas pelos órgãos reguladores.

PRINCIPAIS PAPÉIS E ATRIBUIÇÕES

A administração do Itaú Unibanco está diretamente envolvida no processo interno de avaliação da adequação de capital e sua avaliação dos riscos. Dentre os comitês e comissões que discutem o processo de gestão de capital destacam-se: . Conselho de Administração

. Comitê de Gestão de Riscos e Capital

. *Asset Liability Capital Committee* **Área**

de Riscos:

A Área de Riscos visa a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, além de ser responsável por centralizar a gestão de capital da instituição. O objetivo do controle centralizado é prover o Conselho de Administração e a alta administração de uma visão global das exposições do Itaú Unibanco aos riscos, bem como de uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Áreas Provedoras de Informações:

No nível mais fundamental, é esperado que as áreas forneçam as informações necessárias para a identificação dos riscos, para a análise de sua materialidade e para a mensuração do capital requerido, assim como para que sejam elaborados o orçamento de capital, o plano de capital, o plano de contingência, o plano de recuperação e saída organizada, o relatório de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3, o ORSA e demais relatórios regulatórios e gerenciais, garantindo sua completude, integridade e consistência e considerando tanto o crescimento quanto a evolução do perfil de risco esperados dos negócios da unidade.

As áreas envolvidas no processo de gestão de capital devem estar aptas a realizar as ações requeridas sempre que forem acionadas.

O detalhamento das responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no processo de gestão de capital está descrito nos procedimentos internos.

NORMAS EXTERNAS RELACIONADAS

Circular Bacen 3.911, de 31/08/2018.

Instrução Normativa BCB 322, de 11/11/2022.

Resolução CMN 4.557, de 23/02/2017.

Resolução CNSP 321, de 2015 e 471, de 2024.

Aprovado pelo Conselho de Administração em Setembro de 2025.